



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
Direcção Nacional de Planificação

PROPOSTA DO PROCESSO E DA ESTRUTURA DE
TRABALHO NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARP
2011-2014

Índice

1. Contexto & Desafios.....	3
1.1 Nova abordagem do PARP: coordenação intersectorial	3
1.2 Necessidade de melhorar eficácia dos processos da Revisão Anual.....	6
2. Propostas do Governo de Moçambique	8
2.1 Nova estrutura da Implementação do MdE adequada à abordagem do PARP 2011-2014.....	8
2.1 Novo processo simplificado da Revisão Anual	11
2.3 Argumentos para as novas propostas	Error! Bookmark not defined.
3. Implementação das Propostas	Error! Bookmark not defined.
3.1 Processo de melhoria dos Instrumentos de Planificação e Monitoria.....	Error! Bookmark not defined.
3.2 A nova Estrutura dos Grupos de Trabalho (GdT).....	13

1. Contexto & Desafios

1.1 Nova abordagem do PARP: coordenação intersectorial

A 3 de Maio de 2011 o Conselho de Ministros reunido na sua 15ª Sessão Ordinária aprovou o Plano de Acção para Redução da Pobreza 2011-2014, vulgo PARP. O PARP 2011-2014 é a estratégia de médio prazo do Governo de Moçambique que operacionaliza o Programa Quinquenal do Governo (2010-2014), focando no objectivo de combate a pobreza e promoção da cultura de trabalho, com vista ao alcance do crescimento económico inclusivo e redução da pobreza e vulnerabilidade no País.

O PARP 2011-2014 dá continuidade ao PARPA II, cuja implementação cobriu o horizonte temporal de 2006 a 2009, estendido até 2010, e tem como meta principal reduzir o índice de incidência da pobreza alimentar de 54.7% em 2008/09 para 42% em 2014.

Até então o GdM, nos seus diferentes fóruns e no relacionamento com os Parceiros de Apoio Programático (PAPs) e a Sociedade Civil, vinha utilizando a estrutura dos Grupos de Trabalho Sectorial com base no PARPA II. Este modo de trabalhar com os Grupos de Trabalho basea-se no Artigo 37 do Memorando de Entendimento (MdE) para concessão de Apoio Geral ao Orçamento do Estado, estipula que: “O mecanismo principal para a análise, o diálogo técnico, a monitoria, a avaliação e a prestação de contas é proporcionado pelos Grupos de Trabalho dos Sectores (GTSs).”

Segundo o anexo 9 do MdE a composição dos Pilares e os Grupos de Trabalho Sectorial (GTS's) foi determinada através da estrutura do PARPA II e deve estar alinhada e actualizada, com os instrumentos de planificação do GdM. As tarefas dos GTS's, segundo o mesmo anexo são as seguintes:

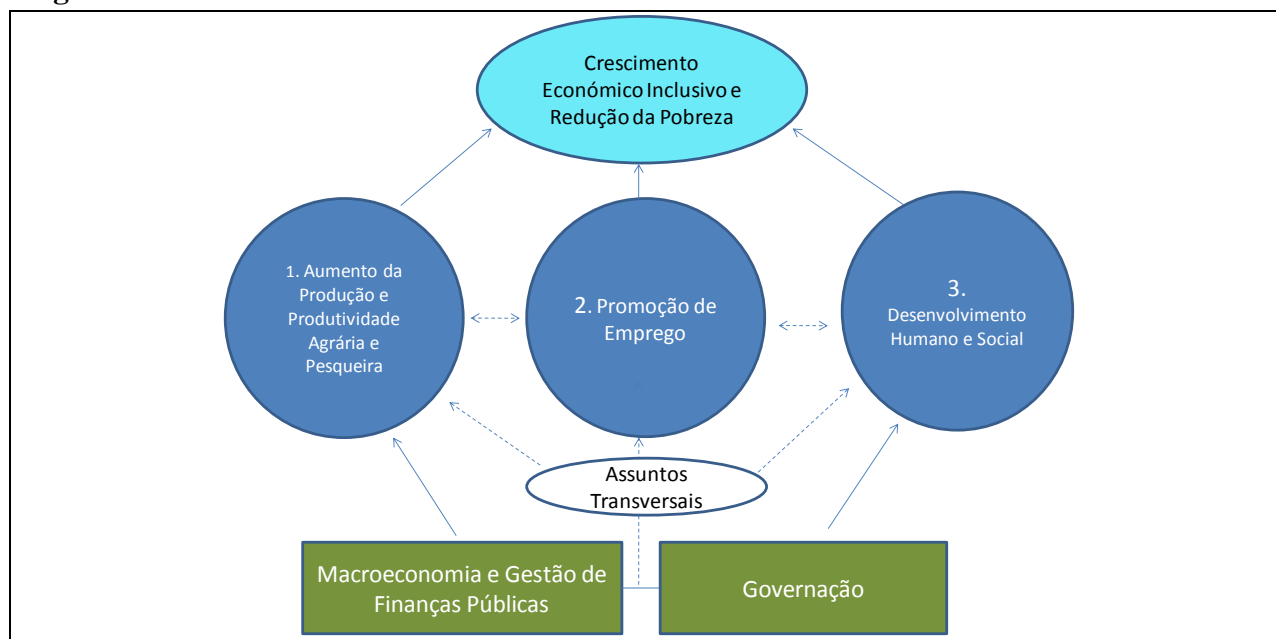
- Diálogo sobre a planificação e os planos do sector;
- Diálogo sobre a orçamentação, despesas e financiamento do sector;
- Elaboração de instrumentos de normação da interacção entre o sector e doador;
- Diálogo sobre a política e a estratégia do sector;
- Execução das análises do desempenho do sector e reuniões de planificação;
- Assessoria sobre a monitoria, prestação de contas e contabilidade para resultados;
- Avaliação do desempenho e das necessidades do sector;
- Estabelecimento dos indicadores do QAD do sector em questão.

Conforme pode ser observado a estrutura, o funcionamento e as tarefas dos GTSs conforme definido no MdE são centradas por sector e não permitam uma interligação sectorial, criando uma cultura de trabalho isolada e fragmentada, onde os sectores definem os seus objectivos e actividades sem coordenar com outros sectores que podem ter sinergias e benefícios mútuos se planificassem juntos.

O PARP 2011-2014 prevê uma abordagem diferente do PARPA II que enfatiza a coordenação intersectorial na planificação e monitoria de actividades. O PARP identifica três objectivos gerais para alcançar um crescimento inclusivo e redução pobreza, a saber: **(i) aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira; (ii) promoção de emprego; e (iii) desenvolvimento humano e social.**

Os três objectivos estratégicos supracitados são interligados e dependem de um cenário **macroeconómico** estável e competitivo e uma **governança** transparente. A relação entre estes objectivos está ilustrada no esquema abaixo que espelha a visão do PARP 2011-2014.

Figura 1: A visão do PARP 2011-2014



A materialização desta visão sugere **mudanças na abordagem institucional** para o combate a pobreza em Moçambique, visto que para alcançar cada um dos objectivos supracitados a coordenação intersectorial é imprescindível.

1.2 Necessidade de melhorar os processos e os instrumentos de Planificação

O processo de melhoria dos instrumentos de Planificação, Monitoria e Avaliação será gradual, tomando em conta o processo de desenvolvimento do **Sistema Nacional de Planificação** e a nova **Direcção Nacional de Monitoria e Avaliação** (DNMA) no MPD.

De notar que o MPD criou recentemente um **Fórum Nacional de Planificação**, que tem como objectivo geral também a melhoria dos processos e instrumentos de Planificação e M&A. O Fórum tem em vista o alcance dos seguintes objectivos específicos:

- Assegurar o estabelecimento de um mecanismo eficiente de fluxo e partilha de informação, a todos os níveis, sobre os processos de planificação, incluindo orientações, metodologias, estratégias, políticas e planos de desenvolvimento nacional.
- Assegurar a dinâmica e a qualidade progressiva do processo de planificação e orçamentação, a todos os níveis, e os respectivos instrumentos.
- Promover e realizar estudos e pesquisas de curto, médio e longo prazo, para o desenvolvimento e redução da pobreza.
- Adoptar medidas/mecanismos de acompanhamento, coordenação e gestão de programas e projectos de Investimento resultantes de acções de cooperação e financiamento externo.
- Promover e realizar estudos e pesquisas de curto, médio e longo prazo, para o desenvolvimento nacional e a redução da pobreza.

O SNP e o Fórum contribuirão para melhorar os processos e instrumentos de Planificação de médio e longo prazo. Isto não impede a realização de algumas mudanças a curto prazo no âmbito da melhoria do PES e BdPES. Conforme indicado pelos Parceiros em vários Fora, o REO melhorou bastante a sua qualidade, a CGE já está disponível atempadamente e precisa-se focalizar neste momento os esforços no PES e BdPES.

O processo para a melhoria da qualidade do PES e BdPES assenta nos seguintes objectivos:

- (1) Ser cada vez mais alinhado com a estrutura do PARP (alinhado a programas);
- (2) Assegurar que todos os indicadores da Matriz Estratégica do PARP sejam incluído nos documentos contendo a informação necessária e
- (3) Melhorar o conteúdo através de uma análise intersectorial, incorporando sempre que for possível, recomendações para os próximos ciclos de Planificação e M&A.

BdPES 2011:

Uma vez que o PES 2011 já foi aprovado é necessário assegurar que todos os indicadores da matriz estratégica do PARP 2011-2014 e do QAD 2011 do Governo sejam reportados integralmente no BdPES 2011.

PES 2012:

A estrutura do PES 2012 estará ajustada ao PARP. Isto será realizado através da abordagem programática que também foi utilizada no PARP. Foram identificados 88 programas ligados aos objectivos do PARP. Neste sentido, será assegurado que a implementação dos programas ligados aos objectivos do PARP seja feita de forma coordenada entre os sectores, bem como a inclusão de todos os Indicadores da matriz Estratégica do PARP com as respectivas metas para 2012.

BdPES 2012:

Seguindo a estrutura do PES 2012, o BdPES 2012 adequar-se-á assim a estrutura do PARP. O facto de que todos os indicadores da Matriz Estratégica constarão no PES 2012 para assegurar que a sua implementação seja reportada no BdPES.

O Governo identificou também a necessidade de analisar e melhorar os processos e os instrumentos de Planificação, Monitoria e Avaliação. Por tal razão iniciou-se o processo de elaboração do Sistema Nacional de Planificação.

1.3 Necessidade de melhorar a eficácia dos processos da Revisão Anual

O segundo desafio, é simultaneamente uma oportunidade que se abre com a implementação do PARP 2011-2014 *melhorar a eficácia dos processos da Revisão Anual*¹.

Na base do PARPA II, os processos de avaliação do desempenho do GdM e dos PAP, em cujos resultados se baseiam nos compromissos financeiros dos PAPs para o Apoio Geral ao Orçamento, funcionavam com 29 GTSs, como ilustra o quadro seguinte:

Tabela 1: Estrutura dos Grupos de Trabalho Sectorial (GTS) segundo o PARPA II:

<i>PILAR</i>	<i>Grupo de Trabalho</i>
1. Macroeconomia e Pobreza	1. Crescimento e Estabilidade Macroeconómica 2. Sistemas de Monitoria e Analise da Pobreza 3. Gestão das Finanças Públicas (com 4 subgrupos)
2. Boa Governação, legalidade e Justiça	4. Reforma do Sector Público 5. Descentralização 6. Reforma da Justiça, Legalidade e Ordem Pública
3. Desenvolvimento Económico	7. Sector Financeiro 8. Sector Privado 9. Agricultura 10. Infra-estrutura: Estradas, Telecomunicações, Portos e Caminhos-de-Ferro 11. Infra-estrutura: Energia
4. Capital Humano	12. Saúde 13. Educação 14. Água e Saneamento 15. Acção Social 16. Habitação 17. HIV na Saúde
5. Assuntos Transversais	18. Desminagem 19. Meio Ambiente 20. Calamidades Naturais 21. HIV/SIDA 22. Género 23. Segurança Alimentar e Nutricional 24. Ciência e Tecnologia 25. Desenvolvimento Rural

Esta estrutura é demasiado pesada o que eleva de forma exagerada a carga de trabalho dos funcionários do Governo envolvidos no processo da Revisão Anual durante 2 meses.

¹ Antes designados por Revisão Anual e Revisão Semestral respectivamente

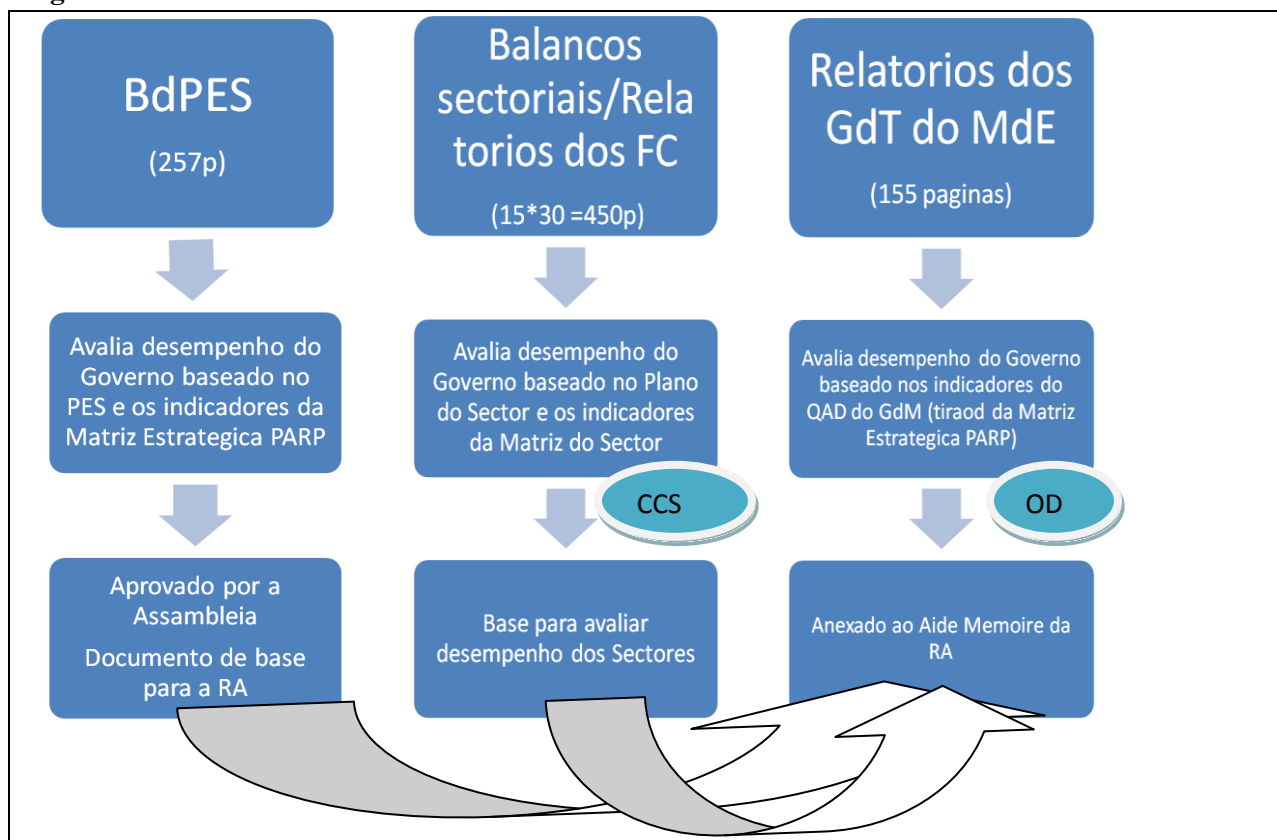
Estes 29 GTSS, segundo o MdE entre o GdM e PAPs, no seu artigo 40 devem:

- A nível do Sector e do Pilar, o GdM e os PAPs, em conjunto e consultando outras partes interessadas, reunirão a informação e os dados necessários para avaliar o desempenho do GdM, usando os relatórios dos sectores, o Balanço do PES e o REO, o Relatório Anual da Sociedade Civil sobre a Pobreza (RAP), as actas dos ODs e outra informação disponível (incluindo informação no PES, QAD e OE para o ano n), como contexto para avaliação do desempenho;
- Utilizando estes dados, os PAPs avaliarão o desempenho do GdM em relação ao PES, QAD e OE no ano n-1 e no ano n até ao ponto da Revisão.”

De notar que os relatórios dos GTS da Revisão Anual 2011 em conjunto contêm 155 páginas, o BdPES 2010 contém 257 páginas e existem os diferentes relatórios dos Sectores (maioritariamente Fundos Comuns) que contêm, cada um, pelo menos 30 páginas, totalizando 900 páginas, muita das vezes com a mesma informação repetida para permitir a sua avaliação pelos PAPs.

Analisando a situação actual do Ciclo de Planificação e de Monitoria existem então 2 sistemas paralelos de prestação de contas com um destes estabelecido para os PAPs que pode ser apresentado da seguinte maneira:

Figura 2: Sistemas de Monitoria actual



O desafio coloca-se na necessidade de **melhorar a eficácia destes processos e concentrar-se mais nos resultados**, através da simplificação dos mesmos, diminuição da sobrecarga de trabalho para o Governo, permitindo assim maior tempo para a planificação, análise e implementação das actividades, e melhoria da qualidade dos seus sistemas e instrumentos (de planificação e prestação de contas), discussões sobre a eficácia de certas políticas e discussões mais aprofundadas sobre como melhorar a qualidade da implementação do PARP e do próprio PES/BdPES.

2. Propostas do Governo de Moçambique

2.1 *Fundamentos para as propostas do Governo*

O Governo elaborou 2 propostas; uma relacionada com a estrutura da implementação do PARP 2011-2014 e outro sobre o processo simplificado da Revisão Anual. As propostas foram formuladas com base em 3 fundamentos:

- 1) **NECESSIDADE DE REFORÇAR OS SISTEMAS DO GOVERNO:** mantendo os sistemas paralelos de prestação de contas não contribuiu para o reforço das capacidades do Governo, ao contrário desvia a atenção do Governo para o sistema paralelo em vez de melhorar o seu próprio sistema (neste caso específico a melhoria do principal instrumento de base para avaliação do desempenho anual do Governo, BdPES). Existem evidências que o uso dos sistemas nacionais reforça os mesmos (ex. Relatório de Execução Orçamental). O relatório dos PAPs sobre o desempenho do Governo pode assim incluir, se for necessário, uma secção sobre a qualidade dos documentos do Governo e indicar com precisão onde foi necessário procurar informações adicionais e incluir recomendações para o PES/ BdPES do ano subsequente, contribuindo desta forma directamente para a melhoria dos documentos do Governo ao em vez de instituir processos paralelos.
- 2) **INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PLANIFICAÇÃO INTERSECTORIAL:** o Governo precisa focalizar os seus esforços numa melhor coordenação intersectorial para poder efectivamente combater a pobreza conforme indicado no PARP. Há necessidade premente de orientar todos os esforços para esta abordagem, eliminando a necessidade de produzir relatórios duplicados focalizados nos sectores, os membros do Governo ganham mais tempo para interagir, analisar e discutir as políticas do Governo de maneira coordenada e harmonizada. Os GdT serão enquadrados no Fórum de Planificação conforme apresentado no seguinte capítulo.
- 3) **PRESTAÇÃO DE CONTAS DOMÉSTICAS:**
A participação activa da SC nos Grupos de Trabalho do PARPA II sempre esteve em causa, o seu papel e impacto foi relativamente insignificante em parte pelo simples facto de que

estes não são assinantes do MdE. Com o PARP abre-se uma nova oportunidade de participação activa da SC que é cada vez mais dinâmica no sentido de discutir o desempenho do Governo focalizado no documento do BdPES. Vale a pena recordar que a SC apresenta nos ODs o documento de posição da SC em relação ao BdPES o que já demonstra a sua relativa focalização na qualidade do BdPES. Se há alguma crítica pela ausência de algum tipo de informação esta é feita ao BdPES e não a nenhum outro relatório adicional. De lembrar que o BdPES é o documento oficial a ser aprovado pela Assembleia da República, de tal maneira a sua melhoria terá um impacto positivo na prestação de contas domésticas.

2.2 Estrutura da Implementação do PARP 2011-2014

O PARP 2011-2014 recentemente aprovado tem um grande mérito no que tange ao estabelecimento de uma abordagem intersectorial onde diferentes sectores contribuem para um objectivo estratégico comum.

Considerando que os objectivos estratégicos e os pilares de apoio constituem os novos “Pilares”, revela-se oportuno adoptar uma nova nomenclatura para evitar interpretações ambíguas e propôs-se “Objectivos”, assim destacando a ligação com o PARP e totalizando assim 5 “Objectivos”, associa os assuntos transversais² que culmina em 6 “Objectivos” sendo: **(1) Aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira, (2) Promoção de emprego, (3) Desenvolvimento humano e social, (4) Governação, (5) Macroeconomia e (6) Assuntos transversais.**

Dado que o PARP 2011-2014 estimula ligações intersectoriais, diferentes Ministérios serão representados no mesmo ‘Objectivo’. Esta abordagem implica também que certos Ministérios estarão representados em vários grupos, por exemplo MOPH tem a Direcção Nacional de Águas (DNA) que contribui para o Objectivo 1 do PARP (Prioridade 1: Melhorar e aumentar o acesso aos factores de produção) e que contribui para o objectivo 3 (Prioridade 3: Infra-estruturas sociais básicas) na componente do acesso a água e saneamento.

A tarefa principal dos membros dos novos GdTs será assegurar uma melhor ligação intersectorial no seu objectivo através dos processos de Planificação e M&A do Governo. Todas as outras tarefas dos GdTs, tal como descrito no Anexo 9 do MdE, serão da responsabilidade dos Conselhos Consultivos Sectoriais³ institucionalizados nos diferentes Ministérios ou os grupos conjuntos constituídos no âmbito dos Fundos Comuns. Assim eliminamos uma outra duplicação e estimula-se a prestação de contas domésticas.

² No PARP os assuntos Transversais foram integrados nos objectivos estratégicos; uma vez que esta abordagem ainda não esta consolidada e deixou de fora alguns assuntos transversais sugere-se constituir um “Tema” de Assuntos Transversais, permitindo assim um espaço estes coordenarem e actuarem.

³ Os CCS são um fórum de consulta a nível do sector que esta institucionalizado em muitos Ministérios e que sob liderança do Governo convoca os Parceiros e a Sociedade Civil para dialogar sobre as actividades do Sector. As Maioria deste CSS são bastante fracos e outros acabaram sucumbidos dado a força dos GdT constituídos no âmbito da Parceria com os PAPs.

O MPD tomou a iniciativa de elaborar uma proposta sobre a possível estrutura de trabalho, mais reduzido, onde as prioridades conforme mencionado no PARP formarão os GdT, sendo neste caso 13 Grupos de Trabalho.

Tabela 2: A proposta dos Grupos de Trabalho

OBJECTIVOS	PRIORIDADE= Grupos de Trabalho	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS (a ser confirmado)	Nr.
Aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira	Melhorar e aumentar o acesso aos factores de produção E Facilitar o acesso aos Mercados	MINAG (+ CEPAGRI, IIAM), PESCAS, MOPH (FdE), ME, MIC, MCT, MTC, MPD, MF (CPI), IPEX, MAE (DR)	1
	Melhorar a gestão sustentável recursos naturais (terras, águas, pescas e floresta)	MINAG, PESCAS, CEPAGRI, MOPH (DNA), ME, MICOA, INGC, MAE (DR), DESMINAGEM	2
Promoção de Emprego	Estimular a criação de Emprego (demanda) – Promoção de Pequenas e Médias Empresas e ligação entre as pequenas e grandes empresas	MIC (GASP), MITRAB, MIREM, IPEME, CPI, MF, MCT, MPD, MIREM, INEFP, GAZEDA, IPEX	3
	Estimular a criação de Emprego (demanda) – Promoção de Indústrias com mão de obra intensiva	MIC (DASP), MITRAB, MIREM, IPEME, CPI, MOPH, MF, MCT, MPD	4
	Melhorar a empregabilidade dos cidadãos e Facilitar a ligação entre a procura e a oferta	INEFP, IPEME, MIC, MINED, INE	5
Desenvolvimento Humano e Social	Disponibilidade e qualidade no acesso aos serviços sociais & Segurança Social Básica e Infra-estruturas Sociais	MINED, MMAS, MITRAB, MISAU, CNCS, MOPH (DNA), SETSAN, M. Energia	6
Macroeconomia	Política Monetária	MF (DNO, DNT, ATM) BM, MPD	7
	Gestão de Finanças Públicas	MF (DNO, DNT, Património, IGF, ATM) BM, TA, MPD	8
	PAMS	MPD, MF, INE	9
Boa Governação	Prestação de serviços públicos & Combate à Corrupção	MFP, MdJ, IGF, TA	10
	Descentralização e governação local	MAE, MPD	11
	Consolidação do Estado de Direito	MdJ	12

	Democrático		
Assuntos Transversais	AMBIENTE, HIV/SIDA, DESMINAGEN, CALAMIDADES NATURAIS, GENERO, CIENCIA E TECNOLOGIA, SEGURANCA ALIMRNTAR E NUTRICIONAL SETSAN, Desenvolvimento Rural	MICOA, CNCS, Instituto Nacional de Desminagem, INGC, MMAS, MCT, M SETSAN, DNPDR.	13

Vantagens da Proposta

As vantagens desta proposta é que existirão espaços para um diálogo mais aprofundado sobre as diferentes questões relacionados com cada prioridade. A proposta constitui também um ganho substancial na redução do número de Grupos de Trabalho de 29 a 13 grupos e diminui a carga de trabalho dos membros dos Grupos pelo facto de não haver a necessidade de elaborar relatórios paralelos.

Desvantagens da Proposta

Como desvantagem aponta-se que alguns Ministérios terão que participar em diferentes Grupos, tal como o MINAG, MIC, M. Energia, e MOPH. Doutro lado, não será necessário redigir relatórios, mais de juntar os respectivos Ministérios para assegurar um diálogo coordenado e as ligações intersectoriais. A carga administrativa como por exemplo a realização das sínteses será da responsabilidade dos pontos focais do MPD.

2.3 *Processo simplificado da Revisão Anual*

Conforme mencionado, precisa-se analisar como melhorar a eficácia dos processos da Revisão Anual que neste momento implica uma duplicação de trabalho devido aos dois processos paralelos de prestação de contas.

Existem bases, para além da nova estrutura do PARP que permitem a introdução de mudanças para melhorar a eficácia dos processos de prestação de contas. Estas bases têm a ver com a devida interpretação do artigo 40 do MdE que estipula que os PAPs reunirão todas informações e os dados necessários para avaliar o desempenho do GdM, usando os relatórios dos sectores, o Balanço do PES e o REO, o Relatório Anual da Sociedade Civil sobre a Pobreza (RAP), as actas dos ODs e quaisquer outras informações disponíveis.

Consequentemente o MdE não estipula explicitamente, a necessidade de produzir relatórios dos Grupos, nem dos Pilares, mas orienta os PAPs a avaliar o desempenho do GdM baseado nos dados e documentos do Governo conforme estipulado também na Declaração de Paris (alinhamento com os sistemas nacionais). O Governo propõe neste sentido a verdadeira aplicação do MdE, o que pressupõem o uso, pelos PAPs, dos documentos do Governo (BdPES, REO, CGE, Relatórios sectoriais, etc), no qual se deverá basear a avaliação de Desempenho do

Governo, com possibilidade de realizar eventuais entrevistas caso seja necessário para obter dados em falta.

Por sua vez o GdM responderá aos PAPs sobre o documento da avaliação até ambas partes chegar a um consenso (no caso de existir áreas onde não é possível chegar a um consenso será incluído no Aide Memoire). O relatório final da avaliação de Desempenho do Governo será anexo ao Aide Memoire (como acontece com o relatório da avaliação de Desempenho dos PAPs). A proposta é representada nas seguintes figuras:

Figura 3: Proposta de Sistema de Monitoria

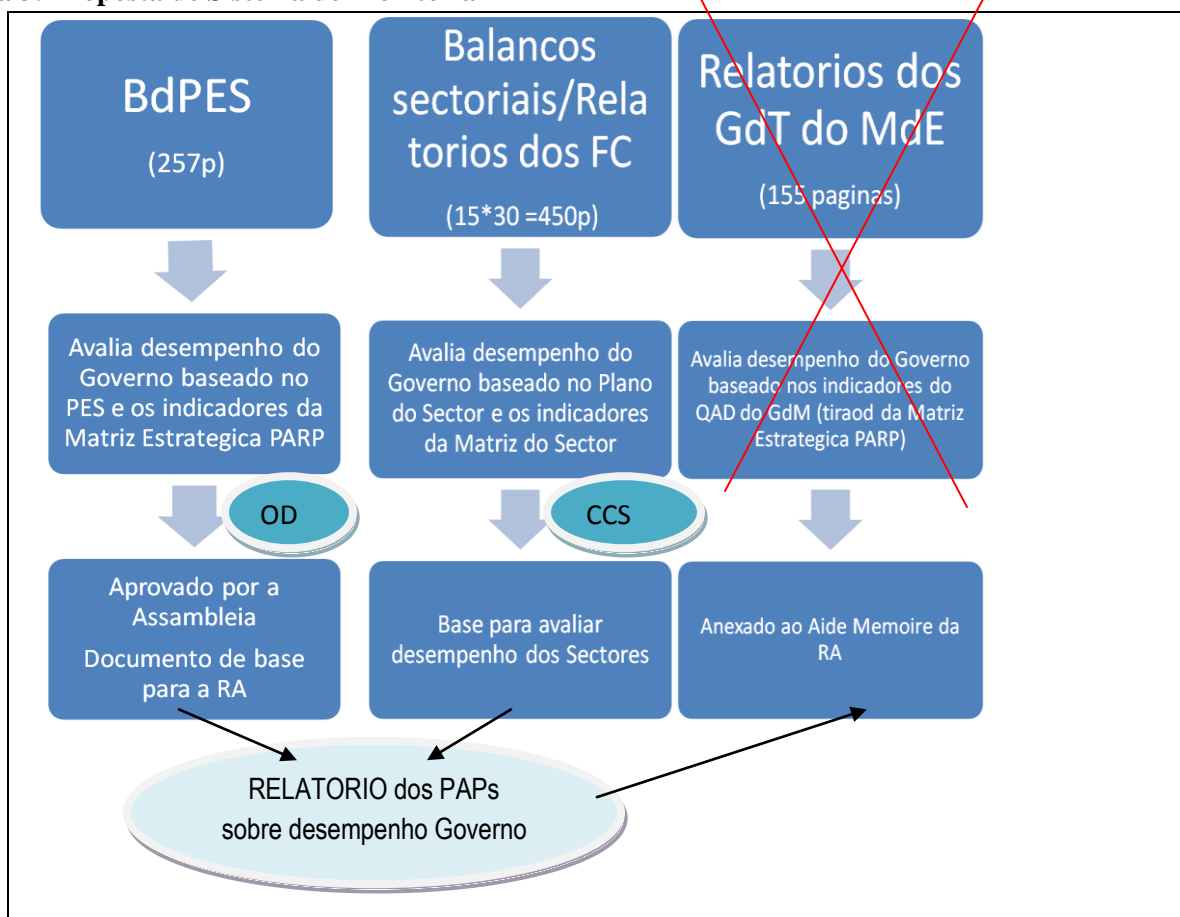
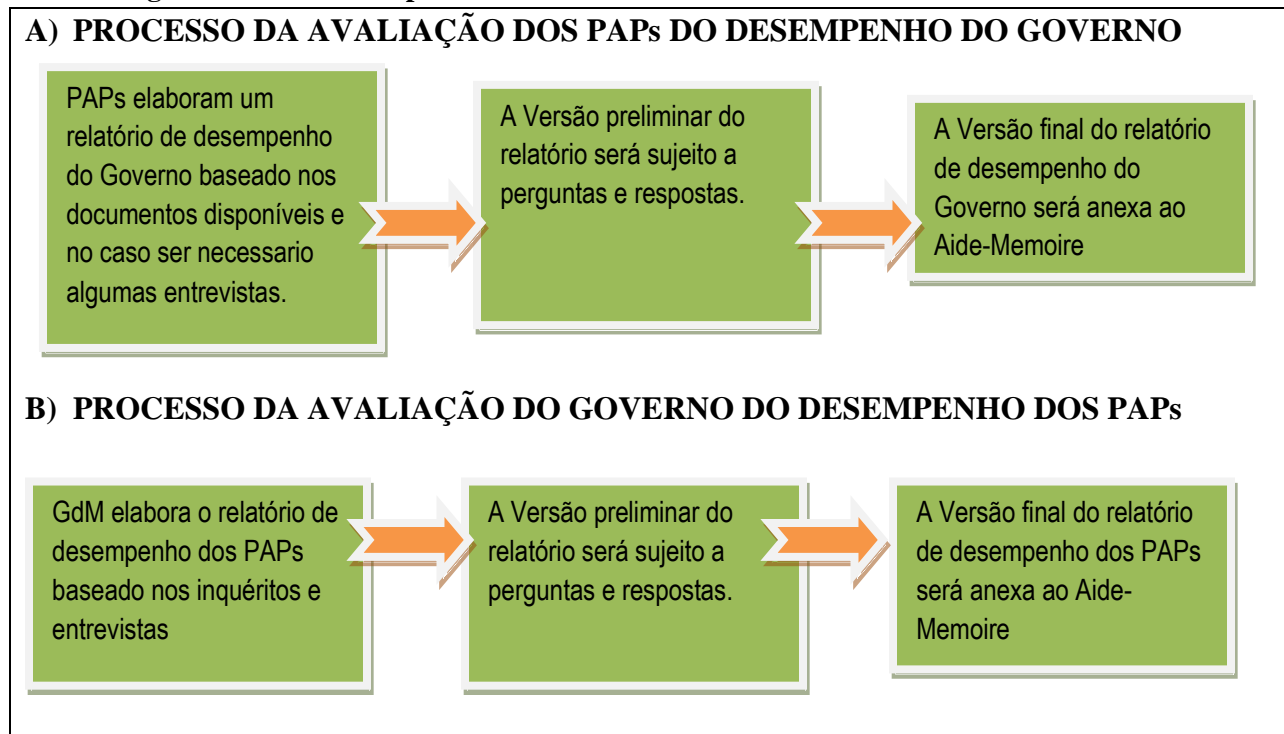


Figura 4: Processo simplificado da Reunião Anual



De lembrar que nas últimas sessões da RA, foram identificados **assuntos de atenção especial**, que precisam de uma abordagem diferente neste novo processo. Os assuntos de atenção especial fazem parte (ou deveriam fazer) do próprio processo de Planificação e Monitoria do Governo. Os Parceiros podem dar mais enfoque no seu relatório sobre estes assuntos e consequentemente formular recomendações para o Governo melhor visualizar os respectivos assuntos no seguinte ciclo de planificação. Assim os assuntos de atenção especial serão alinhados com o sistema do Governo.

3.2 Estrutura dos Grupos de Trabalho (GdT)

Os Grupos dos “Trabalho” serão orientados pelos Termos de Referência que encontram se em anexo a este documento e reunir-se-ão formalmente 5 vezes por ano e constituirão o veículo para a análise de políticas e coordenação intersectorial. Serão responsáveis pela planificação intersectorial na óptica da implementação do PARP e reunir-se-ão antes da elaboração dos instrumentos do Governo (PES/BdPES).

Os pontos focais do MPD participarão activamente nos encontros e servirá como dinamizador deste processo sendo responsável para apoiar os GdT, realizando as sínteses de cada encontro e funcionando como secretariado.

O papel dos doadores é mais de assessoria ao GdM sobre questões que consideram importante ser incorporados nos relatórios. De referir que a responsabilidade final de elaboração dos relatórios cabe ao GdM.

Os GdT farão parte integral do sistema e ciclo de Planificação do Governo, pelo qual será estabelecido uma ligação estreita com Fórum de Planificação. O Fórum funcione sob direcção do MPD, e consiste de dois níveis, sendo um, de nível técnico e outro, a nível de Secretários Permanentes, visando a partilha de informação. De notar que é da competência dos Secretários Permanentes a formulação e acompanhamento dos planos e orçamentos sectoriais.

Os GdT assegurarão o subsídio das ligações intersectorial antes de os sectores elaborar os seus subsídios para o PES e BdPES. Os sectores devem incluir nos seus programmas as actividades e orçamento necessário para realizar as ligações intersectoriais. O Fórum Nacional de Planificação analisará o PES e o BdPES posterior terem elaborado a versão inicial já incluindo as respectivas ligações intersectoriais. Pode-se apresentar de seguinte maneira:

Figura 5: Ligação entre os GdT e o Fórum Nacional de Planificação



As 5 reuniões dos Grupos de Trabalho serão programadas no âmbito do ciclo de Planificação, Monitoria e Avaliação do Governo. Segue uma proposta de calendário:

Tabela 3: Proposta de calendário das reuniões

Data proposta do encontro	Assuntos a discutir
JANEIRO/FEVEREIRO (no início do processo de elaboração do BdPES)	(1) Identificar boas práticas na realização das ligações intersectoriais do ano n-1; (2) Identificar dificuldades/desafios encontrados em termos de coordenação e implementação e propor recomendações para o ano n. (3) Avaliar o desempenho das metas do QAD do ano n-1
FEVEREIRO	<i>Encontro do Fórum Nacional de Planificação</i>
ABRIL (durante o processo da Revisão Anual)	Analisar e comentar o relatório de Avaliação de Desempenho do Governo elaborado pelos PAPs.
MAIO/ Junho (no início do processo de elaboração do PES)	(1) Identificar ligações intersectoriais para serem realizados no ano n+1: identificar <u>actividades</u> e o respectivo <u>orçamento</u> necessário para realizar estas ligações intersectoriais; (2) Mecanismos de implementação destas ligações intersectoriais;
AGOSTO	<i>Encontro do Fórum Nacional de Planificação</i>
SETEMBRO (durante o processo da Reunião de Planificação)	(1) Actualizar as metas do QAD para o ano n+1;
OUTUBRO/NOVEMBRO	Identificar e orçamentar as ligações intersectoriais no âmbito do CFMP